

CAMPONESES E INDÚSTRIAS: ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ

Eliane Tomiasi Paulino – Universidade Estadual de Londrina
eliane.tomiasi@uel.br

Introdução

Muito já se refletiu sobre o caráter de transcendência da classe camponesa, dada a sua presença nos diversos modos de produção que a história registra. A dúvida sobre sua capacidade de se adequar às diferenças estruturais de organização da produção econômica e reprodução social se instaura com a emergência do modo capitalista de produção e, particularmente, quando a agricultura se converte em atividade chave para o funcionamento do circuito mercantil.

Por ter evoluído, ao longo dos séculos, sem abdicar do princípio da unidade familiar, a nova configuração imposta pela lógica da acumulação ampliada não só colocou desafios à sobrevivência dos indivíduos, como despertou dúvidas acerca de sua capacidade de resistir, enquanto classe, à destituição dos meios de produção, sendo bastante visível essa incógnita na segunda metade do século XIX e início do século XX.

É fácil compreender o fundamento de tais incertezas na Europa daquele contexto, já que os fatos pareciam conclusivos: terras comunais transformadas em propriedades privadas, camponeses expulsos, trabalhadores autônomos convertidos em proletários urbanos ou rurais, daí o surgimento da tese clássica de desaparecimento do campesinato.

Desde então, uma significativa parte dos estudiosos da questão agrária tem atrelado, automaticamente, o desenvolvimento técnico no campo ao banimento dos camponeses, tidos como expressão de um resquício do atraso a ser resgatado pela história, seja como sujeitos destituídos da identidade de classe em face da inserção no mercado, nesse caso agricultores familiares, seja como sujeitos acomodados na regra definida pela teoria dominante, nesse caso, proletários ou burgueses.

Ocorre que essa pretensa homogeneidade não encontra respaldo na realidade, que se encarregou de expor o equívoco teórico acerca do campesinato, que segue se reproduzindo tanto em situações de severas privações, quanto em acentuada articulação com o modelo técnico dominante.

É justamente o segundo caso que abordamos nesse trabalho, tomando por referência os camponeses inseridos no sistema de integração no Norte do Paraná, região onde a integração camponeses-indústria ocorre sobretudo nas seguintes atividades: avicultura de corte, sericicultura e fruticultura.

A pesquisa que dá sustentação às reflexões aqui apresentadas consistiu em coleta de dados e entrevistas junto aos representantes das principais empresas integradoras do setor avícola e sericícola, de cooperativas, além da visita aos sítios de camponeses ligados ao sistema de integração em 33 municípios do norte paranaense.

A acumulação capitalista nos interstícios da integração camponeses-indústrias

Durante décadas, não foram poucos os paranaenses que se viram ofuscados diante do rótulo de “celeiro da nação” conferido a esse estado. Tal “deferência” não deixa de ter um lastro: o Paraná não

apenas é um dos estados com menores índices de concentração fundiária, mas também aquele em que os estabelecimentos explorados exclusivamente pela família alcançam um dos maiores índices.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, último censo agropecuário (1995/96), as terras ocupadas pelos estabelecimentos com até 10 hectares correspondiam a 4,8%, contra apenas 2,2% da média brasileira. Tomando-se a participação dos estabelecimentos com até 100 hectares, em termos de área ocupada, enquanto a média nacional correspondia a 19,9%, no Paraná os índices eram de 40,4%.

E sem que isso possa sugerir qualquer consolo, no país que apresenta o segundo maior índice de concentração de terras do planeta, expresso no fato de que 45,1% das terras estão entre as cercas de menos de 1% dos estabelecimentos, no Paraná apenas 0,3% dos estabelecimentos possuem área superior a 1 000 hectares, os quais concentram 14,4 % das terras.

É importante lembrar que a categoria estabelecimento, na qual se baseia o IBGE, não expressa fielmente a realidade da apropriação privada da terra, pois estabelecimento significa unidade econômico-administrativa da exploração. Em outras palavras, uma propriedade pode ser desdobrada em vários estabelecimentos, quando se estabelecem relações contratuais que a fracionam em unidades menores, a serem geridas de forma independente por outrem, mediante concessão ou pagamento de renda.

Nessa trama fundiária, ainda há indicações dignas de nota: no Paraná, 81,4% dos estabelecimentos são explorados exclusivamente pela família e 87% possuem até 50 hectares. Extrapolando para a casa dos 100 hectares, 84,3% dos empregos no campo e 41,4% do rebanho bovino do Estado estão no interior de seus domínios, dados esses que tornam frágeis quaisquer alegações acerca da incompatibilidade entre presença camponesa e agricultura tecnificada de cunho mercantil.

Cumprе salientar que os dados apresentados são os mais atuais de que dispomos, dada a não obediência da regularidade censitária instituída desde 1970. Sendo assim, os tomamos cientes de que muitas mudanças se processaram em uma década, ainda que as mais significativas em termos de redefinição da malha fundiária tenham acontecido até o final dos anos 1980.

É certo que nos é imposta uma lacuna analítica, em face da injustificável desatualização dos dados, mais uma demonstração de que o Estado declinou no esforço de mensurar a dinâmica agrária, ao que tudo indica, pela conveniência de manutenção do *status quo*. Afinal, tanto a exposição do latifúndio quanto a indicação da frágil, mas digna alternativa camponesa, podem ser armas explosivas em um país cuja maioria se espreme em territórios marginais e marginalizantes, e buscam silenciosa ou ruidosamente um lugar ao sol.

Essa é uma das razões pelas quais a análise das estratégias produtivas das unidades camponesas é relevante, até porque a compreensão de sua dinâmica interna, além de fornecer elementos para a reflexão teórica, permite a divulgação de experiências concretas de reprodução, estimulando intervenções positivas que quiçá, possam implicar em redefinição do modelo agrário vigente.

Não obstante, é preciso deixar claro que quando se trata de analisar as estratégias que os camponeses adotam para se manter na terra, e a integração é uma delas, antes de mais nada é necessário romper com os parâmetros quase que mecânicos acerca do que se considera positivo no campo em termos de

resultados econômicos, já que os rendimentos monetários auferidos com essa relação são, em geral, muito baixos.

Desse modo, é preciso ter clareza de que o termo eficiência produtiva, o preferido dos intelectuais identificados com a agricultura tecnificada de escala, possui limites claros para a compreensão de como se dá a sustentabilidade das unidades de produção nas frações camponesas do território.

E falar em fração camponesa do território pressupõe a compreensão de que essa é parte do território em sua totalidade, mas que se diferencia em virtude de como são travadas as relações de produção em seu interior. Concordando com Raffestin (1993) que o território é delimitado por e para relações de poder, observamos que a despeito da dinâmica capitalista hegemônica, que nos permite falar de um território capitalista, há a propriedade privada capitalista da terra coexistindo com a propriedade privada camponesa da terra, daí concebermos o território como um arranjo em que ambas as formas se combinam. De acordo com Calabi e Indovina (1973, p.3)

[...] a organização do território não pode ser lida como simples e direto fruto das diversas fases de desenvolvimento do capital. [...] as transformações do território são um processo complexo ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, bem como das contradições de tal desenvolvimento.

Portanto, no capitalismo há dois processos distintos, porém interdependentes, a produção de capital e a reprodução capitalista de capital. Como lembra Oliveira (1986), a produção de capital nunca é capitalista, ou seja, ela não se sustenta no processo de valorização acionado pelas relações assalariadas. Antes, é expressão das relações não tipicamente capitalistas, realimentando o processo não findo de acumulação primitiva do capital.

Daí a pertinência de recorrer ao conceito de monopolização do território pelo capital para compreender essa relação contraditória. De acordo com Oliveira (1996), o processo de monopolização do território pelo capital ocorre quando o controle da terra e dos meios de produção permanece nas mãos de sujeitos que, juntamente com sua família, produzem para o mercado, momento em que diferentes setores do capital farão a rapina da renda contida nessa produção.

É esse processo que permite a recriação do campesinato, recriação essa que não se constitui em “licença” do capitalismo para ocorrer, mas uma contradição desse modo de produção que tem, na sujeição da renda da terra, um componente essencial.

E ainda que se faça associações superficiais entre sujeição da renda da terra e dos sujeitos que a produzem, o que em última instância significaria sujeição real do trabalho ao capital, nas frações onde impera a monopolização do território pelo capital, é preciso atentar para diferenças pronunciadas que não sustentam tais interpretações, senão vejamos:

Na agricultura, o sistema de integração consiste em uma estratégia produtiva ancorada em parcerias para que dois pólos, a produção de matérias-primas, delegada aos camponeses, e a industrialização dessas, componham uma cadeia cujo resultado seja a disponibilização de mercadorias para o consumidor final.

Como veremos, essa relação é um dos pilares da reprodução do campesinato no Norte do Paraná, práticas essas que nos remetem a compreensão de que o modo capitalista de produção não é, como já

advertira Oliveira (2002), um modo de produção de mercadorias per si, mas sim um modo de produção voltado à acumulação ampliada, sendo a circulação das mercadorias o sustentáculo dessa equação. Trata-se, portanto, de reconhecer que, em face dessa lógica, as contradições emergem, como é o caso da monopolização do território pelos capitalistas do setor avícola e sericícola.

Como vimos, a integração consiste na relação em que a produção agroindustrial se faz a partir de dois pólos interdependentes: de um lado, os camponeses, incumbidos de fornecer a matéria-prima às agroindústrias. De outro, as integradoras, que se encarregam de disponibilizar aos primeiros a base para que essa produção se realize.

No caso da avicultura de corte, essa se encontra bastante disseminada na região, o que contribuiu para que o estado tenha se tornado um dos principais responsáveis pelo *status* do Brasil de segundo maior produtor mundial de frango, sendo na atualidade o maior exportador mundial desse produto. Para se ter uma idéia, em 2004 o Brasil exportou 2 milhões de toneladas de carne de frango, o que representou mais de um terço do suprimento da mercadoria no comércio internacional.

Esse volume fantástico de carne é obtido por meio da descentralização da produção, obtida graças aos mecanismos de integração postos em prática pelos abatedouros e indústrias frigoríficas. Atualmente cada unidade familiar integrada é responsável pela criação de 10.000 frangos em média, ainda que a capacidade de alojamento das aves seja, em regra, maior.

Ao ingressar no sistema, cabe aos camponeses a construção de toda a estrutura necessária à criação das aves, incluindo-se aí a granja, os comedouros e bebedouros, os aquecedores, os ventiladores etc, o que significa dizer que o custo de implantação de um aviário é muito alto, deixando de ser alternativa para os camponeses pobres.

Uma vez integrados, a empresa fornece os pintos e a ração, além da assistência técnica, lembrando que somente no ato de entrega das aves se faz o acerto, descontando os custos desse “adiantamento” que é feito pelas empresas, que é o fornecimento das aves e rações e medicamentos necessários para a criação das aves. Em outras palavras, os criadores nunca sabem quanto receberão pelos frangos, visto que a planilha de custos é sempre cercada de dados incompreensíveis, causando surpresas que concretamente representam diminuição do valor recebido.

Outrossim, aos camponeses cabe prover tudo o necessário para a realização do ciclo produtivo das aves, o que implica assegurar o funcionamento perfeito das estruturas físicas do aviário, como iluminação, aquecimento, resfriamento, alimentação, água e sanidade, tudo na medida certa e na hora certa.

É por essa razão que o trabalho é intenso e deve ocorrer ao longo das 24 horas do dia, ainda que no período noturno predominem as tarefas de vigilância, pois o trabalho mais pesado, como abastecimento dos comedouros e manutenção da “cama de frango”, que consiste no revolvimento sistemático da forragem para evitar a concentração de umidade ou de excrementos das aves, é feita ao longo do dia.

Sendo assim, um aviário com cerca de 10 000 aves pressupõe o trabalho ininterrupto de pelo menos duas pessoas ao longo do dia, bem como de sua vigilância ao longo da noite, a fim de assegurar que as condições de conforto das aves se mantenham.

À noite, as idas ao barracão são necessárias quando um vento mais forte assopra, quando começa ou para de chover, quando há variações bruscas de temperatura, pois o conforto térmico das aves é

imprescindível para sua saúde e desenvolvimento, e esse conforto é mantido por uma operação que envolve ventilação natural, portanto manuseio das cortinas que cercam o aviário, ventilação artificial, logo uso dos ventiladores, aquecimento e iluminação artificiais, tudo na medida indicada pela integradora, que impõe um conjunto de procedimentos rígidos para a manutenção dos contratos.

É por essa razão que, para nós, essa atividade implica naquilo que denominamos intervenção no sítio camponês, pois os camponeses devem abdicar do conjunto de saberes e técnicas que trazem consigo para incorporar os procedimentos que a integradora julga os mais corretos para obter a produção com padrão de qualidade adequado às suas necessidades.

E sabendo-se que os resultados tanto serão melhores quanto for a intensidade e a qualidade dos procedimentos, as integradoras tendem a dar aos camponeses a preferência no estabelecimento dos contratos, tendo em vista a garantia de mão-de-obra diferenciada e a vigilância permanente, em comparação ao assalariamento. Cumpre salientar que a resposta que os capitalistas que atuam na produção de aves tem dado aos limites do assalariamento, em face desses cuidados e demandas peculiares, é a automatização da maior parte das tarefas, o que ainda não ameaça o reinado absoluto do campesinato na atividade, pois os custos da automação são proibitivos.

Por outro lado, as empresas integradoras são movidas pelo esforço de rebaixamento progressivo dos custos e pelo aumento incessante da qualidade das matérias-primas que processam, o que ao fim lhe garantirá aumento da taxa de lucro de sua atividade. Isso resulta em interesses inconciliáveis com os avicultores, que são premidos a resistir à pressão permanente de aumento da extração da renda, que ocorre com a imposição por aumento da produtividade e diminuição dos preços pagos pelas aves ao final do ciclo.

Entretanto, ao analisar essa relação não podemos ceder à tentação do olhar simplista, como se tudo que é bom para a integradora é ruim para os camponeses. Raffestin (1993) já advertia para o equívoco de pensar nos jogos de soma nula, onde uns só ganham e outros só perdem. Ora, ele mesmo mostra que se isso assim o fosse, não haveria relação possível, a não ser pela coerção direta, o que não é o caso. Daí advertir para o que chama de jogos de soma não nula, o que supõe admitir que as trocas se baseiam em uma assimetria sim, mas mesmo os fragilizados na relação obtêm uma quota de vantagens.

Para os camponeses, essa quota se manifesta na possibilidade de rendimento monetário em um ciclo mais curto que o das atividades tradicionais, o que lhes permite arcar com as despesas mensais, como energia elétrica, combustível etc.

Embora esse retorno monetário seja muito baixo, a existência de uma atividade diversificada na propriedade faz com que os ganhos sejam potencializados, pois a forragem dos aviários, conhecida como cama de frango, é um adubo de excepcional qualidade, permitindo ao camponês economizar com a compra de insumos.

Por outro lado, ainda que essa demanda interna esteja atendida, há um mercado ávido por esse subproduto da avicultura, levando a uma situação em que, por vezes, o rendimento monetário com a venda da cama de frango seja maior do que a própria venda dos frangos à integradora.

É por isso que a integração é um sonho acalentado por importante parcela dos camponeses mais pauperizados, pois eles sabem que em um contexto de diversificação, essa atividade aumenta suas possibilidades de auferir renda.

Contudo, os investimentos que o ingresso na atividade requer é proibitivo à maioria, restando lhes recorrer à outra modalidade de integração viabilizada pela presença de três indústrias de fiação da seda na região.

Cumprir lembrar que o Brasil é o quinto maior produtor mundial de fios de seda, sendo a Bratac, empresa instalada em Londrina, a maior produtora individual do planeta, já que responde com 1,9% de todo o volume mundial e 65% da produção brasileira. Somente essa empresa tem 6500 sericultores associados, o que lhe assegura o fornecimento da matéria-prima que lhe habilita a processar diariamente cerca de 31 toneladas de casulos verdes.

Na sericultura, a atribuição dos camponeses é a criação do bicho da seda, o que implica em arcar com os custos da construção e manutenção do barracão, bem como com a alimentação dos bichos, que se restringe aos ramos de amoreira, a manutenção da sanidade do barracão e a colheita dos casulos. As indústrias fornecem as lagartas recém-nascidas e recebem os casulos, ao final do ciclo.

Embora a sericultura igualmente seja uma atividade de rendimentos muito baixos, é uma alternativa para os camponeses que possuem pouca terra, já que o cultivo de amoreira em cerca de dois hectares viabiliza a atividade.

Da mesma forma que na avicultura, trata-se de uma relação que supõe a transferência da maior parte da renda camponesa à indústria, pois o trabalho nos barracões é intenso e também deve ser ininterrupto, razão pela qual não se vê capitalistas envolvidos com a produção do bicho-da-seda.

Por fim, achamos necessário destacar a existência de uma outra modalidade de integração na região: aquela estabelecida no interior da relação cooperativista.

No estado do Paraná, o cooperativismo apresenta-se bastante difundido. Em 2004 havia 70 cooperativas ativas, com 100.757 cooperados, o que corresponde a um terço da população rural do estado. O peso econômico das cooperativas também é expressivo, já que nesse ano o seu faturamento foi de R\$ 13,6 bilhões, mais precisamente 15% do PIB do estado.

Não obstante, a presença camponesa no sistema cooperativista paranaense é marcante, já que 69,8% do total de cooperados possuem estabelecimentos com até 50 hectares.

E na região, afora as formas tradicionais de cooperação, que supõe a entrega de toda a produção de cereais, leguminosas, leite etc para a cooperativa, consolida-se uma nova relação que envolve a integração, sendo a fruticultura a atividade objeto dessa relação.

Assim, esse ramo da fruticultura chama a atenção pelos termos da integração, pois o fato de a empresa integradora ser uma cooperativa e os integrados serem os próprios cooperados coloca a apropriação da renda da terra em outro patamar, já que supõe o retorno dos lucros da atividade, de uma forma ou de outra, aos próprios integrados.

A COROL, cooperativa a que nos referimos, tem sua sede instalada em Rolândia, município onde também está instalada a unidade fabril, inaugurada em 2001. Essa indústria de sucos possui a capacidade instalada de produção de 10 000 toneladas de suco concentrado por ano, sendo que a

matéria-prima processada, laranja e uva, vem integralmente dos cooperados ligados ao contrato de integração.

A indústria inicialmente foi instalada para processar laranja, que já é cultivada em 4 mil hectares na região, havendo 190 produtores integrados. Ocorre que apesar do sistema de produção da laranja ter sido implantado com base no plantio combinado de variedades precoces e tardias, havia uma ociosidade das máquinas em face do ciclo das colheitas, o que levou a cooperativa a investir no sistema uva, que permite o aproveitamento da capacidade instalada no período do ano em que não há laranja a ser processada.

Assim, essa modalidade de integração, ainda que não pressuponha grande retorno palpável da renda aos próprios cooperados integrados, já que a lógica da cooperativa tem sido a de expandir sistematicamente os investimentos no seu parque industrial que já é bastante diversificado, supõe a eliminação do capitalista no processo de extração da renda, pois acaba convertida em instalações industriais e infra-estrutura em tese a seu serviço, o que pelo menos acena para um fortalecimento futuro desses integrados.

Considerações finais

O estudo das práticas de integração no Norte do Paraná são uma evidência da monopolização do território pelo capital, que segue abrindo brechas para a recriação do campesinato.

Essas práticas, por outro lado, desmontam a tese de que a permanência do campesinato é incompatível com um ambiente de mudanças técnicas pronunciadas, já que as atividades analisadas são desenvolvidas com intensa incorporação de tecnologia e de ruptura com métodos de manejo.

Enfim, ao analisarmos essas experiências, notamos que a relação de integração concede aos camponeses o mínimo de segurança, tendo em vista a garantia de comercialização da produção. É essa garantia que lhes permite a diversificação das atividades, o que, ao fim, assegura a sua reprodução autônoma, ainda que centrada na sujeição da renda da terra ao capital.

Referências Bibliográficas

CALABI D.; INDOVINA, F. *Sobre o uso capitalista do território*. In: Archivio di Studi Urbani e Regionali. Veneza, ano IV, n. 2, 1973. Tradução Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. 17 p. (Mimeografado).

RODRIGUES, Rosana L. *Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense*. 2000. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

_____. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2000.
Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.